

EXPEDIENTE Nº 04 — VERSÃO PARA LEITURA

DENÚNCIAS

Nº 137

Manifestação encaminhada por cidadã relatando novos desdobramentos relacionados a denúncia anterior de violência doméstica e institucional no Estado do Rio Grande do Sul,.

***Encaminhamento:** Registrar o recebimento da complementação da denúncia e informar à demandante que a manifestação se vincula aos Expedientes nº 93 e nº 128, já apreciados por esta Comissão, no âmbito dos quais foram realizados os encaminhamentos institucionais cabíveis.*

Nº 138

Cidadão encaminha representação acerca de decisão judicial envolvendo caso de estupro de vulnerável no Estado de Minas Gerais, solicitando atuação institucional da Comissão.

***Encaminhamento:** Registrar o recebimento da manifestação e informar ao demandante que a decisão mencionada foi posteriormente revista pelo próprio Tribunal de Justiça de Minas Gerais, com restabelecimento da condenação do acusado, bem como que a Corregedoria Nacional de Justiça instaurou procedimento para apuração da conduta funcional do magistrado responsável.*

Nº 144

Manifestação relatando ausência de reserva de vagas para pessoas com deficiência em processo seletivo universitário.

Encaminhamento: *Informar ao demandante que a apuração de eventual descumprimento de política pública de inclusão deve ser provocada diretamente junto aos órgãos competentes de sua localidade, especialmente Ministério Público, Defensoria Pública e Ouvidoria da instituição.*

Nº 147

Servidora pública relata dificuldades para realização de perícia médica laboral necessária ao reconhecimento de condição de pessoa com deficiência no âmbito de tribunal regional.

Encaminhamento: *Oficiar a Presidência e a Ouvidoria do órgão mencionado para ciência da manifestação e para que prestem informações acerca dos procedimentos institucionais adotados para a realização de perícia médica laboral em situações dessa natureza.*

Nº 148

Manifestação relatando suposta falta de transparência em processo seletivo para contratação temporária de professores na rede pública do Distrito Federal.

Encaminhamento: *Oficiar a Controladoria-Geral do Distrito Federal, o Ministério Público do Distrito Federal e*

Territórios e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal para ciência da manifestação e eventual adoção das providências cabíveis.

Nº 155

Solicitação de apoio institucional em caso envolvendo possível violência contra criança no Distrito Federal, com referência a processo judicial em andamento e apresentação de novos elementos probatórios.

Encaminhamento: *Encaminhar a manifestação e a documentação apresentada ao Conselho Nacional de Justiça e ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, para ciência e eventual adoção das providências cabíveis no âmbito de suas atribuições institucionais.*

Nº 156

Denúncia apresentada por liderança indígena relatando possíveis violações de direitos do povo Korubo no Vale do Javari, incluindo alegações de abandono institucional e falta de assistência médica.

Encaminhamento: *Oficiar a Fundação Nacional dos Povos Indígenas, a Secretaria Especial de Saúde Indígena e o Ministério dos Povos Indígenas para que prestem informações sobre as medidas adotadas para garantir assistência material, sanitária e institucional à comunidade, encaminhando também cópia da manifestação ao Ministério Público Federal.*

RESPOSTAS DE OFÍCIO

Nº 136

Resposta do Ministério da Justiça e Segurança Pública acerca de inspeção realizada na Penitenciária Regional de Sinop, no Estado de Mato Grosso, na qual foram relatadas graves violações de direitos humanos no sistema prisional local.

Encaminhamento: *Acusar o recebimento das informações prestadas, determinar a juntada da resposta aos registros da Comissão e manter o acompanhamento institucional da matéria.*

Nº 141

Resposta do Ministério Público do Estado de São Paulo acerca de manifestação relacionada a caso de feminicídio ocorrido naquele estado.

Encaminhamento: *Acusar o recebimento das informações prestadas, registrar as providências institucionais adotadas e manter o acompanhamento institucional do caso.*

Nº 142

Resposta do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social acerca de denúncia relacionada à suspensão de benefício do Programa Bolsa Família.

Encaminhamento: Acusar o recebimento das informações prestadas, registrar a regularização da situação do benefício e dar ciência ao demandante.

Nº 143

Resposta do Ministério Público do Trabalho informando a instauração de procedimento investigatório para apuração de denúncias de assédio moral no ambiente de trabalho.

Encaminhamento: Acusar o recebimento das informações prestadas, registrar a instauração do procedimento investigatório e manter o acompanhamento institucional da matéria.

Nº 145

Resposta da Procuradoria-Geral da República acerca da atuação da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão no acompanhamento das recomendações do Programa Nacional de Direitos Humanos.

Encaminhamento: Acusar o recebimento das informações e juntar a documentação aos registros da Comissão para acompanhamento institucional.

Nº 146

Resposta da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos acerca de denúncia relacionada à omissão estatal em situação de vulnerabilidade social.

Encaminhamento: Acusar o recebimento das informações prestadas, registrar os encaminhamentos realizados e dar ciência ao demandante.

Nº 150

Resposta do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro informando a instauração de procedimento para apuração de possível falha na prestação de serviços por operadora de plano de saúde.

Encaminhamento: Acusar o recebimento das informações prestadas, registrar a instauração do procedimento indicado e manter o acompanhamento institucional do caso.

SOLICITAÇÕES

Nº 139

Manifestação relacionada à Sugestão Legislativa nº 9/2024, que propõe consulta popular sobre eventual restauração da monarquia parlamentarista no Brasil.

Encaminhamento: Agradecer a manifestação encaminhada e informar que a matéria foi retirada de pauta da última sessão deliberativa da Comissão para nova análise por parte da relatora, Presidente da Comissão.

Nº 149

Solicitação de informações acerca de interlocuções institucionais relacionadas à Sugestão Legislativa nº 9/2024.

Encaminhamento: *Informar que a tramitação das sugestões legislativas segue rito próprio no Senado Federal e que eventuais interlocuções parlamentares são de competência dos respectivos gabinetes.*

Nº 151

Solicitação de apoio institucional para divulgação de ideia legislativa apresentada no portal e-Cidadania.

Encaminhamento: *Informar que, para preservação da lisura do processo participativo, o Senado Federal não promove divulgação ou apoio de propostas em fase de coleta de apoios.*

Nº 152

Manifestação relatando experiência pessoal relacionada à temática das altas habilidades e superdotação.

Encaminhamento: *Informar que a Comissão já realizou audiências públicas sobre o tema e recomendar o acompanhamento das atividades da CDH para ciência de futuras iniciativas.*

Nº 154

Manifestação relatando possível revitimização institucional em processo judicial relacionado a crime de importunação sexual.

Encaminhamento: *Encaminhar a manifestação para ciência ao Ministério das Mulheres e informar à demandante acerca da providência.*

INFORMES

Nº 140

A Associação Brasileira Todos Contra a Pedofilia encaminha nota pública de repúdio a decisão proferida por órgão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais em caso envolvendo acusação de estupro de vulnerável contra menina de 12 anos.

Nº 153

Cidadã encaminha manifestação dirigida à Senadora Presidente relatando experiência familiar relacionada à temática das altas habilidades e superdotação com dupla excepcionalidade.

Nº 157

O Conselho Nacional de Saúde encaminha recomendação aprovada por seu plenário propondo o estabelecimento de agendas institucionais voltadas à defesa da dignidade humana,

da saúde e da ciência diante das políticas empresariais de grandes plataformas digitais.

Nº 158

A Câmara Municipal de Birigui, no Estado de São Paulo, encaminha moção manifestando repúdio à revogação de decreto federal anteriormente relacionado à proteção de crianças desde a fase gestacional.

Nº 159

A Câmara Municipal de Joinville, no Estado de Santa Catarina, encaminha moção apelando ao Congresso Nacional pela apreciação de proposição legislativa que trata da regulamentação da profissão de cuidador de idosos.

Nº 160

A Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste, no Estado de São Paulo, encaminha moção de protesto aprovada por seu plenário relacionada à revogação de decreto federal que tratava de políticas voltadas à proteção da vida desde a concepção.

Nº 161

A Câmara Municipal de Contagem, no Estado de Minas Gerais, comunica a aprovação de moção de repúdio à decisão

do Supremo Tribunal Federal que determinou prisão domiciliar de ex-Presidente da República.

Nº 162

A Câmara Municipal de Jundiaí, no Estado de São Paulo, encaminha moção de apelo solicitando celeridade na tramitação de proposições legislativas destinadas à concessão de isenção de impostos para pessoas com deficiência.

Nº 163

A Câmara Municipal de Marcelândia, no Estado de Mato Grosso, encaminha moção de apoio a proposições legislativas relacionadas à sustação de resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e à proteção do direito à vida desde a concepção.

Encaminhamento (para todos os informes): Registrar o teor da manifestação para conhecimento institucional da Comissão.

Isto posto, submetem-se às Senhoras Senadoras e aos Senhores Senadores os encaminhamentos acima propostos para deliberação desta Comissão.

As Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores que concordam com os encaminhamentos sugeridos permaneçam como se encontram.

() Aprovado () Rejeitado

Informo, que nos termos da instrução normativa nº 12/2019, os documentos lidos como informes ficam disponíveis no site do Senado e no portal da CDH, os demais ficam na secretaria para a manifestação dos membros desta comissão, pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados.